



## **OCEANIA/PAPUA NOVA GUINÉ - Proibir as confissões não-cristãs? Para a Igreja, seria absurdo**

Port Moresby (Agência Fides) – O Parlamento de Papua Nova Guiné aprovou uma proposta que pede para iniciar uma consulta popular sobre o tema da liberdade religiosa e de “proibir o culto das confissões não-cristãs”. A proposta, que foi muito debatido nos meios de comunicação, deixou perplexas as próprias comunidades cristãs. Uma “espécie de referendo” deste tipo seria para a Igreja “absurdo e chocante”, afirma numa nota enviada a Fides pe. Giorgio Licini, Diretor do Departamento de comunicação da Conferência Episcopal de Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão. A Igreja, de fato, sempre defendeu o valor supremo da liberdade religiosa, fundamento de todas as outras liberdades. “A simples discussão de proibir outras confissões no século XXI contradiz décadas de conquistas e progressos no campo dos direitos humanos e das liberdades civis. A proibição não encontra respaldo na Declaração da ONU para os Direitos Humanos de 1948. Além disso, os cidadãos são discriminados num campo que jamais deveria ser motivo de discriminação: a fé pessoal”, lê-se na nota da Conferência Episcopal. O texto acrescenta: “O Cristianismo poderia ser definido uma espécie de identidade cultural para a Papua Nova Guiné moderna e as suas 850 tribos. Mas jamais é preciso esquecer que a verdadeira fé é algo que vai muito além de simples disposições constitucionais, de práticas e ritos inclusive cotidianos. E a ninguém pode ser impedido de professar livremente a própria fé, seja de forma privada, seja de forma pública”.

Entrando no mérito dos mecanismos institucionais, o Diretor explica: “É certamente um bem que às vezes o Parlamento possa promover uma consulta popular, sobretudo sobre os temas delicados como no caso da pena de morte. E é também um bem que os nossos representantes se confrontem com os princípios cristãos, sancionados também pela Constituição. Mas deveriam se deter a isso, encorajando si mesmos, cada cidadão, as instituições e também as Igrejas a se desvincular de toda espécie de avidez, de corrupção, egoísmo, alcoolismo, prostituição, violência doméstica e brutalidade. Não é proibindo outras confissões que os cristãos se tornam mais autênticos”. A proposta foi apresentada por Anderson Agiru, governador da província de Hela. Depois da aprovação do Parlamento, o Ministro para o desenvolvimento da Comunidade e a Comissão para a Revisão Constitucional instituirão um grupo bipartidário que deverá se encarregar de escrever o texto a ser submetido à população. (PA) (Agência Fides 16/7/2013)